



Câmara celebra Sarney e memória de Tancredo

Ex-presidente é condecorado com a Medalha do Mérito Legislativo pela restauração do Estado de Direito, cuja consolidação veio com a promulgação da Constituição de 1988

» MAIARA MARINHO

Marina Ramos/Agência Câmara



Deputado Hugo Motta condecora Sarney, que conduziu a transição democrática com a morte de Tancredo

» Vladimir Herzog é, finalmente, anistiado

Após 50 anos de ter sido torturado e morto pela ditadura, Vladimir Herzog foi reconhecido como anistiado político post mortem. A decisão, publicada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania no *Diário Oficial da União (DOU)*, significa que o Estado brasileiro admite, oficialmente, que o jornalista foi vítima da brutalidade do regime militar. A decisão do MDHC também incluiu a reparação econômica mensal vitalícia de R\$ 34.577,89 à viúva Clarice Herzog, que, em 2024, também foi anistiada. Em janeiro, uma decisão judicial que determinou uma indenização à mulher de Vladimir em reconhecimento à perseguição política sofrida pelo marido. "Continuamos desenvolvendo esforços para garantir o direito à memória das vítimas e de seus familiares. Reforçamos o compromisso do MDHC para garantir os direitos humanos", disse o ministério ao *Correio*.

inflação, com o Plano Real, além de permitir ganhos na área social — como o da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), os investimentos em pesquisa e educação, o combate à pobreza e ao analfabetismo. O ex-presidente frisou, ainda, que

"pela primeira vez um operário foi candidato e quase se elegeu presidente" — disse, citando a disputa do ex-sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva contra Fernando Collor de Mello, na corrida presidencial de 1989. Por sinal, foi logo no começo da

interinidade de Sarney no comando do governo que os direitos sindicais do hoje presidente da República foram restaurados.

"A democracia mudou o Brasil", afirmou Sarney.

Exposição

Vai até o próximo domingo, no Panteão da Pátria, a exposição *A festa da Constituinte*, uma amostra da cobertura do *Correio Braziliense* sobre a consolidação democrática com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1º de fevereiro de 1987. Em 22 fotos de profissionais da imagem, como Lucio Bernardo, Eugênio Novaes, Luiz Marques, Cecé, Gilberto Alves, Júlio Alcantara, Mila Petrillo, Adauto Cruz, Givaldo Barbosa e F. Gualberto, o *Correio* registrou os diversos momentos daquele dia, até a proclamação da nova Carta Magna, em 5 de outubro de 1988.

PL disputa com PL controle de comissão

A eleição para a presidência da Comissão de Segurança Pública da Câmara fugiu à regra das cartas marcadas na escolha das comissões permanentes da Casa. Com mais de 90 deputados na Casa, o PL tinha o direito de indicar o ocupante do cargo pelo critério de proporcionalidade. Bastava escolher um nome para ser chancelado pelos integrantes da comissão, mas resolveu não interferir em uma disputa de última hora entre os deputados Paulo Bilynskyj (PL-SP) e Coronel Meira (PL-PE). Os dois se lançaram como candidatos e mantiveram suas posições, mesmo com a sessão já em andamento. A disputa foi vencida por Bilynskyj.

O líder do PL, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), chegou a fazer um apelo na sessão para que os deputados se resolvessem, sob pena de intervir e decidir de quem seria o nome do partido para o cargo. "A pior coisa que existe para um líder é ter que arbitrar entre colegas de bancada", disse. Depois de quase duas horas de impasse, os deputados chegaram a um acordo para eleger Bilynskyj, que recebeu 20 votos — seis integrantes votaram em branco.

"Esse momento de gestão é voltado, única e exclusivamente, para a segurança pública. A minha gestão é para trabalhar o maior problema do Brasil hoje. Sem segurança pública, não há trabalho; sem segurança pública, não há educação; sem segurança pública, não há renda. O mais

importante que temos para fazer é garantir as inovações legislativas, a fiscalização do trabalho do governo federal, as indicações das funções que podem contribuir para a segurança pública e o diálogo com os municípios e os estados", afirmou Bilynskyj, que é delegado da Polícia Civil paulista.

Além de ser um dos braços do bolsonarismo na Câmara, o novo presidente da comissão é conhecido por seu posicionamento pró-armamento. Chegou a fundar seu próprio clube de tiro em São Paulo, onde dava aulas até 2024, quando foi expulso do negócio por seus sócios depois de, segundo eles, organizar um treinamento de tiro com a presença de menores de idade.

Um dos poucos deputados fora do campo bolsonarista na Comissão, o deputado federal Pastor Henrique Vieira (PSol-RJ) se disse preocupado com a eleição de Bilynskyj, pois, segundo ele, o novo presidente da comissão tem um histórico de "violência" contra ele e as posições que defende no colegiado.

Além da Comissão de Segurança Pública, os outros 29 colegiados permanentes da Câmara instalaram e elegeram seus presidentes ontem. O PL conquistou mais presidências (cinco), seguido pelo PT e pelo União Brasil (três cada). O partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficou com as comissões de Cultura, Direitos Humanos e Finanças e Tributação.

Morre o ex-governador Cláudio Lembo



O ex-governador paulista Cláudio Lembo (à esquerda) morreu, ontem, aos 90 anos. Natural da cidade de São Paulo, formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e obteve o doutorado na área pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, instituição da qual foi professor, diretor e reitor. Sua primeira experiência política foi em 1975, quando assumiu uma secretaria do então prefeito de São Paulo, Olavo Setúbal. Foi secretário municipal de São Paulo no segundo mandato de Jânio Quadros (1985-88). Na eleição presidencial de 1989, candidatou-se a vice na chapa de Aureliano Chaves (PFL). Em 2002, Lembo elegeu-se vice-governador de São Paulo com Geraldo Alckmin (à direita). Assumiu o Palácio dos Bandeirantes, em março de 2006, quando o tucano renunciou para disputar a corrida presidencial. O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) decretou luto de três dias no estado.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Julgamento de Bolsonaro antecipa articulações à Presidência

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para manter os ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Flávio Dino no julgamento da denúncia contra Jair Bolsonaro e mais 33 pessoas por suposta tentativa de golpe de Estado. Os três ministros fazem parte da Primeira Turma do Supremo, que na próxima terça-feira analisará a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o chamado núcleo da organização criminosa, que seria formado pelo ex-presidente e sete aliados. A defesa de Bolsonaro também pediu que a denúncia fosse julgada pelo plenário do Supremo, composto pelos 11 ministros, e não pela turma, que tem cinco.

Entre os réus, estão os generais Walter Braga Netto e Mário Fernandes. Os advogados do primeiro pediram o afastamento de Moraes da relatoria das investigações; a defesa do segundo, o de Dino. A defesa de Bolsonaro defendia o impedimento de Zanin e Dino. Argumentava que os ministros do STF já processaram o ex-presidente no passado.

Os ministros que são alvo dos questionamentos não analisaram os recursos contra eles, somente os relacionados aos colegas. Votaram contra impedimento Luís Roberto Barroso, presidente da Corte, Gilmar Mendes, Cristiano Zanin, Dias Toffoli e Luiz Edson Fachin, além de Dino e Moraes.

Inelegível, Bolsonaro insiste na manutenção de sua pré-candidatura à Presidência e pretende transformar seu julgamento num palanque eleitoral, mantendo uma candidatura natimorta como uma espécie de chapéu na cadeira de candidato do PL. O efeito colateral dessa estratégia, que previa uma ampla mobilização popular pela anistia dos envolvidos na tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, é o distanciamento do Centrão.

Ontem, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse que não existe exilado político no Brasil, que vive um regime democrático pleno. Referia-se, obviamente, ao deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que se licenciou do cargo e anunciou que pedirá asilo político aos Estados Unidos por sentir-se perseguido. Ontem, nos EUA, o filho 03 fez ataques ao Supremo e chegou a chamar Moraes de psicopata. Disse que não há democracia no Brasil e reiterou que defende a adoção de sanções econômicas e jurídicas contra o ministro.

A radicalização do discurso de Eduardo Bolsonaro tem por objetivo criar um contencioso grave entre o presidente Donald Trump e o Supremo, como ponto de partida de uma escalada de ações, cujo objetivo é desestabilizar o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A ofensiva retórica, porém, não tem correspondência com a mobilização dos eleitores do ex-presidente. O ato realizado por Bolsonaro, domingo passado, em Copacabana, no Rio de Janeiro, foi muito esvaziado, considerando-se que o esperado era um milhão de pessoas. Mas armou um palanque eleitoral.

Palanque da direita

O governo Lula não está em seu melhor momento. Pesquisa Genial/Quaest, divulgada ontem, mostra que 60% do mercado financeiro consideram que Lula será candidato à reeleição em 2026, comparado a um percentual de 70% que assim pensavam no levantamento anterior, em dezembro.

Se Lula, de fato, se candidatar, 66% avaliam que não será o favorito a vencer — um percentual igual ao que se viu no levantamento de dezembro. Para 93% do mercado, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), é o nome que teria a maior chance de vencer a esquerda em 2026. E 68% dos participantes na pesquisa consideram que Bolsonaro será preso — em dezembro, eram 55%.

Foram feitas 106 entrevistas junto a fundos de investimentos, em São Paulo e no Rio de Janeiro, com coleta por meio de questionários on-line entre os dias 12 e 17 de março. Participaram gestores, economistas, analistas e tomadores de decisão. A pesquisa é sob medida para os setores empresariais que defendem a candidatura do governador paulista à Presidência.

Tarcísio é um aliado incondicional de Bolsonaro e usou o ato de domingo como um palanque da direita nas eleições do próximo ano, ao lado dos governadores do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL); de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL); e de Mato Grosso, Mauro Mendes (União Brasil). Seu discurso contra o Supremo e a favor da anistia dos golpistas do 8 de Janeiro serviu como um divisor de águas para Bolsonaro, à sombra de quem se elegeu governador em 2022.

A outra face dessa moeda é a desagregação do centro, que tem três pré-candidatos quase irremovíveis: os governadores de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), liderança histórica dos ruralistas; de Minas, Romeu Zema (Novo), cujo partido tem tradição de lançar candidaturas e tem perfil de candidato antissistema, embora governe o segundo colégio eleitoral do país; e do Paraná, Ratinho Junior (PSD), que tem um compromisso de Gilberto Kassab, presidente do PSD, de que terá legenda para disputar a Presidência. Corre por fora o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), que também tem um pé no PSD.